ISSN: 2358-8829

O PAPEL E ATUAÇÃO DO PROFESSOR APOIO DE CRIANÇAS COM TRANSTORNO DO ESPECTRO AUTISTA: UMA REVISÃO DE LITERATURA

Ketlyn Naiury Silva Cavasini [1]
Caroline Machado Cortelini Conceição [2]

INTRODUÇÃO

O Transtorno do Espectro Autista possui a sua descrição sintomática no Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-V), contudo podemos sintetizar os critérios de avaliação em dois grandes grupos, que apresentam déficits persistentes nesses sujeitos. O primeiro sendo o déficit de comunicação e o segundo comportamental, assim como sustenta Liberalismo (2020, p.17) "(a) déficits persistentes na comunicação e na interação social verbal e não verbal em múltiplos contextos e (b) padrões restritos e repetitivos de comportamento, interesses ou atividades".

A mudança trazida pela quinta edição do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM-5) passou a entender o autismo como um espectro único e amplo. A partir dessa mudança, a gravidade da condição passou a ser definida de acordo com o nível de suporte que a pessoa precisa para realizar suas atividades diárias. Essa classificação é feita analisando duas áreas principais: as dificuldades na comunicação e interação social, e a presença de comportamentos repetitivos ou interesses restritos. Dessa forma, definir se o indivíduo está no nível 1, 2 ou 3 serve para identificar o impacto do autismo em sua autonomia e capacidade de adaptação no dia a dia.

O Nível 1 é caracterizado pela necessidade de apoio leve. Geralmente, as pessoas neste nível apresentam boas habilidades de fala e inteligência dentro ou acima da média, mas encontram barreiras em situações sociais mais sutis. Na área da comunicação, elas conseguem conversar, mas têm dificuldades em manter um diálogo

[1]Mestranda pelo Programa de Pós-Graduação em Educação - PPGEFB/ Universidade Estadual do Oeste do Paraná - Campus de Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Pesquisa Abordagem Integral do Autismo - GPAIA, cavasini.ketlynnaiury@gmail.com ;
[2]Doutora em Educação. Pedagoga. Professora associada do Centro de Ciências Humanas da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus Francisco Beltrão. Membro do Grupo de Pesquisa Abordagem Integral do Autismo - GPAIA, cmcortelini@gmail.com

ISSN: 2358-8829

de forma natural, entender piadas, ironias ou ler as expressões corporais dos outros. O manual aponta que, "na ausência de apoio, os déficits na comunicação social causam prejuízos notáveis" (APA, 2013, p. 52). Sem o devido entendimento e suporte na escola, essas crianças podem acabar se isolando ou enfrentando frustrações ao tentar interagir com os colegas. No aspecto comportamental, o nível 1 se manifesta através de uma certa rigidez mental, o que significa que o indivíduo tem dificuldade para trocar de uma tarefa para outra e pode se perder um pouco na hora de planejar e organizar suas atividades.

Quando as barreiras são mais evidentes e limitam a rotina mesmo quando a pessoa já recebe algum tipo de ajuda, o quadro é classificado como Nível 2, que exige apoio substancial. Nesse nível, as dificuldades de comunicação são claras para qualquer observador. A fala pode ser bastante simplificada, focada apenas em frases curtas, ou a pessoa só consegue interagir quando o assunto é de seu interesse exclusivo. O DSM-5 destaca que existem "déficits notáveis nas habilidades de comunicação social verbal e não verbal" (APA, 2013, p. 52), o que torna a convivência social um desafio diário. Além disso, a inflexibilidade de comportamento é mais forte, ou seja, o indivíduo pode ter uma desregulação comportamental quando sua rotina é quebrada ou quando ocorrem mudanças inesperadas. Comportamentos repetitivos e movimentos com as mãos ou corpo (estereotipias) são frequentes e servem muitas vezes para a pessoa se acalmar diante de barulhos ou luzes que a incomodam.

No ponto mais severo do espectro está o Nível 3, que exige apoio muito substancial. Nesse nível, a falta de autonomia é marcante, e as barreiras de comunicação e comportamento exigem que a pessoa tenha supervisão ou auxílio constante para praticamente todas as tarefas. A rigidez cognitiva diante de mudanças é extrema e qualquer alteração no ambiente pode causar desregulação comportamental. A Associação Americana de Psiquiatria detalha a gravidade desse nível ao descrever o impacto na comunicação:

> Prejuízos graves no funcionamento, iniciativas muito limitadas de interações sociais e resposta mínima a aberturas sociais de outros. Por exemplo, uma pessoa com poucas palavras inteligíveis que raramente inicia as interações e, quando o faz, tem abordagens incomuns apenas para satisfazer as necessidades e reage apenas a abordagens sociais muito diretas. (APA, 2013, p. 52).

ISSN: 2358-8829

Os comportamentos repetitivos no nível 3 acontecem de forma constante e obsessiva, ocupando grande parte do tempo do indivíduo. Além disso, a sensibilidade aos estímulos do ambiente é muito desregulada, pois o indivíduo pode não reagir à dor física (hipersensibilidade) ou, pelo contrário, se desregular com sons cotidianos, como o barulho de um liquidificador (hipersensibilidade).

A nível de referência global, é possível apresentar o relatório de 2025 do *Centers for Dissesse Control and Prevention* (CDC), fundamentado em dados de 2022, evidencia um aumento expressivo e contínuo na prevalência global do Transtorno do Espectro Autista (TEA). O crescimento é notório na identificação precoce, com crianças de quatro anos registrando uma prevalência de 20,6 casos por 1.000 habitantes, índice que apresenta variações regionais decorrentes de diferenças demográficas, clínicas e políticas de rastreio.

No Brasil, os dados do Censo Demográfico 2022 (IBGE, 2025) apontam que 1,2% da população (cerca de 2,4 milhões de pessoas) possui TEA, o ápice da prevalência concentra-se na faixa etária de 5 a 9 anos, atingindo 2,6% do total e 3,8% entre os meninos. Essa forte concentração em idades de frequência escolar obrigatória (especialmente entre 6 e 14 anos) gera uma distorção estatística onde a taxa de escolarização da população com TEA atinge 36,9%, valor significativamente superior aos 24,3% registrados na população geral. Consequentemente, o epicentro do impacto sociodemográfico recai de forma direta sobre os sistemas de ensino público e privado, que se deparam com um contingente massivo e sem precedentes de estudantes neurodivergentes.

Aprofundando a compreensão do cenário educacional e clínico nacional, a primeira edição do Mapa Autismo Brasil (MAB, 2026) supera a histórica invisibilidade estatística do setor a partir de uma amostra de 23.632 registros, constatando que 72,1% da população autista mapeada possui entre 0 e 17 anos. A rede pública consolida-se como a principal instituição de acolhimento (52,2% das matrículas). Entretanto, o documento expõe um abismo educacional caracterizado como "inserção sem inclusão", já que 39,9% dos estudantes com TEA frequentam o ambiente escolar sem receber qualquer suporte especializado. O apoio oferecido aos demais permanece fragmentado entre adaptações pedagógicas (18,8%), mediadores especializados (18,8%) e salas de recursos (18,1%), evidenciando a extrema vulnerabilidade das práticas educacionais vigentes no país (Instituto Autismos, 2026).

Portanto o Profissional de Apoio Escolar (PAE) é um dos pontos centrais para o desenvolvimento de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, através da promoção de acessibilidade e a aplicação de intervenções que contribuem para o desenvolvimento de habilidades básicas. Entende-se que, foi a partir da Lei nº 13.146/2015 que instituiu a obrigatoriedade do PAE em sala de aula, prerrogativa cuja atuação é reiterada e respaldada pelas diretrizes estabelecidas do Decreto n°12.686 que institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva, e é através do art.14 que destaca as especificidades para a atuação desse profissional:

> I - na locomoção, no acesso e na participação dos estudantes em todos os espaços e atividades pedagógicas;
> II - na higiene e na alimentação, guardado o respeito ao corpo e à privacidade, ao tempo e às escolhas dos estudantes;
> III - na interação social e na comunicação, a partir do reconhecimento das diferentes formas de expressão dos estudantes e da pluralidade dos meios e modos de comunicação; e
> IV - na utilização de eventuais tecnologias e recursos auxiliares desenvolvidos pelo AEE, de modo a favorecer o convívio entre pares e a livre expressão dos estudantes nas atividades e nos espaços escolares. (Brasil, 2025)

Nesse sentido, suas atribuições podem ser destacadas como suporte na comunicação e autonomia, assim como reiteram Valença e Souza (2025) que o PAE tem o papel de contribuir na mediação entre o estudante autista com o ambiente escolar, ainda utilizar estratégias que desenvolvam a comunicação, a gestão de tempo e aquisição de vínculos. Contudo, algumas lacunas ainda ficam evidentes quando lidamos com a realidade em sala de aula, com profissionais sem formação técnica baseada em evidência científica ou até mesmo a carência da falta deste apoio conforme reforça Liberalesso (2020) “é dever do poder público construir políticas públicas que visem resultados concretos, priorizando a utilização dos recursos públicos com intervenções de eficácia científica comprovada” (Liberalesso, 2020, p.11).

Partindo deste pressuposto, a presente pesquisa realiza uma revisão teórica de caráter exploratório, estruturada a partir de um levantamento de teses, dissertações e artigos científicos, com recorte temporal iniciado em 2018. O objetivo central do estudo consiste em identificar e analisar as pesquisas que reflitam a aplicação prática da Lei Brasileira de Inclusão (2015) após seu período de adaptação, selecionando intencionalmente obras fundamentais para compor o escopo analítico da pesquisa. Este

ISSN: 2358-8829

trabalho está em andamento e é vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Educação da Universidade Estadual do Oeste do Paraná (Unioeste/FB) e é resultante das reflexões e discussões fomentadas pelo Grupo de Pesquisa Abordagem Integral do Autismo-GPAIA.

Para realizar a análise das produções científicas que abordam a atuação de Profissional de Apoio Escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista, foi realizada uma revisão de literatura sobre o tema em três etapas. Inicialmente, as fontes de produções científicas escolhidas foram através da Capes e a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), publicados a partir de 2018 no Brasil. No que se refere à definição dos descritores de busca, foram selecionados os termos "autismo" e "profissional de apoio", com o intuito de garantir a abrangência e a relevância das publicações recuperadas. Na etapa seguinte, durante a organização do corpus de análise, foram identificados elementos essenciais, tais como autor, título, ano de publicação e palavras-chave dos artigos selecionados, visando à estruturação coerente do material coletado.

Por fim, na etapa de identificação e seleção das fontes foram analisados os critérios de pertinência e qualidade das produções científicas, assegurando que os estudos incluídos no referencial teórico estejam alinhados aos objetivos da pesquisa e contribuam para a fundamentação do tema abordado.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram identificadas na plataforma Capes com a palavra de busca “profissional de apoio”, selecionando apenas o campo Mestrado entre os anos de 2006 e 2026, com a grande área selecionada em Ciências Humanas centralizadas na educação. Sendo assim, resultou em 240 publicações, destas foram selecionadas apenas quelas que foi identificadas em seus títulos se tem como objeto de discussão o profissional de apoio escolar de crianças autistas, consequentemente reduzindo a apenas 3 pesquisas. AS produções não selecionadas não atendiam os critérios de recorte pois tinham como foco professor apoio de DI, apoio para necessidades complexas de comunicação, tecnologia assistiva, políticas públicas, estágio remunerado, gestão de equipe, educação profissionalizante, ensino de alfabetização, mal-estar docente, parceria público-privado,

processos avaliativos, contribuições da psicanálise, reforma do ensino médio, ensino remoto, dificuldades no curso de administração, entre outros.

Para ter uma maior ampliação de dados, foi inserida uma segunda palavra de busca sendo “autismo”, selecionando o campo de Mestrado e Doutorado de publicações feitas entre 2006 e 2026, com a grande área de conhecimento delimitada a Ciências Humanas centralizadas na educação. Resultando em 219 publicações, destas após a filtragem de títulos além de duas que são as mesmas do levantamento anterior foi inserido uma nova identificada, totalizando assim 4 produções.

Sendo assim, as pesquisas selecionadas são “O profissional de apoio no processo de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)” de Duarte (2019), “Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular” de Pereira (2019), “Colaboração entre a tríade professores da classe comum, da sala de recursos e profissionais de apoio no processo de escolarização em contextos inclusivos” de Oliveira (2021) e “Prática de professoras de apoio com alunos TEA da rede estadual de Paranaíba-MS” de Souza (2023).

As produções trazem como objeto de discussão central em seus títulos o Profissional de Apoio Escolar (PAE) de estudantes com TEA. Neste sentido, foi realizada a terceira etapa da pesquisa, a qual consiste em uma análise detalhada a partir dos resumos se realmente trazem como discussão central esse profissional a qual tem compatibilidade com o objeto desta pesquisa. Sendo assim, das 4 produções, apenas 3 destacavam o PAE nas discussões. A obra não selecionada foi a de Pereira (2019), pois analisava os Projetos Pedagógicos de cinco Universidades Federais da região Centro-Oeste para ver se contribuem para a futura atuação do profissional de apoio escolar.

Para ter um maior aprofundamento da discussão sentiu-se necessidade de ampliar o repertório, considerando que o resultado da primeira foi de somente as 3 pesquisas já citadas anteriormente. Por isso, foi feito uma nova análise optando pela plataforma de BDTD (Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações), sendo diretamente já selecionado a busca avançada, possibilitando a inserção das duas palavras de buscas delimitadas, sendo elas o “profissional de apoio” e “autismo”. O idioma selecionado foi língua portuguesa, com o recorte temporal entre 2006 e 2026, sendo na área da educação. A qual, resultou 22 publicações, destas apenas uma apresentava o critério de seleção para identificação no título que mencionava o professor apoio de crianças

ISSN: 2358-8829

autistas. As obras não selecionadas abordavam o apoio de deficiências no geral, ensino de educação física, avaliação de programa de formação, introdução ao sistema de operação decimal, tecnologia assistiva, formação continuada, desenvolvimento de material e mercado de trabalho.

Esse único resultado é a mesma obra identificada no levantamento da Capes, a produção intitulada "Formação do Profissional de Apoio Educacional para o Atendimento de Crianças com Autismo no Ensino Regular" da autora Pereira (2019) que destaca sobre a análise de referenciais documentais como citado anteriormente, de como está proposto essa formação para futuros profissionais de apoio.

Sendo assim, as três pesquisas selecionadas nos dois levantamentos são dos autores Duarte (2019), Oliveira (2021) e Souza (2023). Sendo assim, quando falamos sobre o processo de inclusão de crianças autistas Valença e Souza (2025) destacam que "O fortalecimento das competências pedagógicas, o uso de práticas inclusivas e os recursos diversificados são fundamentais para garantir o direito a aprendizagem e à participação plena desses estudantes no ambiente educacional" (Valença; Souza, 2025, p.1333).

Em consonância, Oliveira (2021) destaca a importância do processo de inclusão através de um tríplice atuação, a do profissional regente de turma, o professor da sala de recurso e o profissional de apoio. Portanto foi aplicada uma entrevista semiestruturada com três profissionais de cada campo, resultando que é de grande valia que esses três profissionais tem uma qualificação em sua atuação para que a garantia de acesso, participação e aprendizagem do estudante com autismo seja efetuado.

Trazendo para a centralização da discussão desta pesquisa Duarte (2019) e Souza (2023) escreveram sobre o profissional de apoio, sua atuação, competências, perfil acadêmico e como era o processo de intervenção pedagógica com estudantes. Um ponto de atenção foi para a discussão dos resultados feitos por Duarte (2019), a qual destaca que "Os resultados revelaram que os profissionais eram estagiários, com limitado conhecimento sobre o TEA, não tinham suas atribuições definidas e sua atuação interferia no processo de escolarização dos alunos" (Duarte, 2019, s.p.), ou seja, é evidenciado a precariedade da atuação desse profissional quando é apresentado a defasagem de formação para trabalhos com crianças atípicas.

Diante dos resultados obtidos, evidenciam a necessidade de mais pesquisa sobre esse profissional, uma vez que ele é o ponto focal para a aplicação de uma intervenção

pedagógica com os estudantes autistas. Por mais que em relação a regimentos legais o PAE tem suas atribuições para sua atuação, na realidade conforme resultou nas pesquisas de Duarte (2019), Oliveira (2021) e Souza (2023) é possível analisar que esse profissional atua de maneira solitária, sem planejamento colaborativo e carente do suporte direto do professor regente. Ainda, destacam o uso de tecnologias assistivas como instrumentos para superar barreiras sensoriais e promover a autonomia do estudante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, cabe aqui ressaltar, que inicialmente as expectativas desta pesquisa era encontrar um grande repertório de trabalhos para complementar a análise proposta. Contudo, se juntarmos os resultados de ambas as plataformas (Capes e BDTD), teríamos 481 pesquisas, todavia apenas 3 realmente tinham como objeto de pesquisa a atuação do Profissional de Apoio Escolar de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. Por isso, vale ressaltar a relevância da explanação de Lacerda (2020) quando argumenta que "nossa tarefa é estudar exaustivamente e dar o melhor de nós, a fim de garantir que a presença de uma deficiência não seja desculpa para privar os autistas de seus direitos humanos" (Lacerda, 2020, p.55).

Em consonância, para que haja um desenvolvimento do estudante com TEA tanto em suas habilidades de comunicação, comportamental ou repertório acadêmico não cabe aqui a responsabilidade apenas do PAE, mas sim, de toda rede escolar. Assim como afirma Valença e Souza quando destacam que:

> a exclusão dos auxiliares dos espaços de planejamento pedagógico, das formações internas e dos momentos de reflexão coletiva limitada sua integração com a equipe escolar. Essa exclusão dificulta o desenvolvimento de práticas educacionais alinhadas e a troca efetiva de conhecimentos, além de favorecer o desgaste emocional desses profissionais. (Valença; Souza, 2025, p.1344)

Sendo assim, precisamos discutir mais sobre o profissional de apoio de crianças autistas, para que realmente além de ter a valorização do seu trabalho, também possa em conjunto com toda a rede escolar (professor regente, Sala de Recurso Multifuncional e equipe pedagógica) aplicar sua intervenção com qualidade. Saindo do mero cuidado do estudante, para um profissional ético que através de intervenções baseadas em evidências possam contribuir para a evolução do estudante.

Palavras-chave: Profissional de Apoio Escolar, Autismo, Adaptação pedagógica.

REFERÊNCIAS

AGÊNCIA IBGE NOTÍCIAS. *Censo 2022 identifica 2,4 milhões de pessoas diagnosticadas com autismo no Brasil*. Rio de Janeiro: IBGE, 2025. Disponível em: https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/43464-censo-2022-identifica-2-4-milhoes-de-pessoas-diagnosticadas-com-autismo-no-brasil. Acesso em: 17 mai. 2026.

AMERICAN PSYCHIATRIC ASSOCIATION (APA). **Manual diagnóstico e estatístico de transtornos mentais:** DSM-5. Porto Alegre: Artmed, 2013.

BRASIL**. Decreto nº 12.686, de 20 de outubro de 2025**. Institui a Política Nacional de Educação Especial Inclusiva e a Rede Nacional de Educação Especial Inclusiva. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2025/decreto/d12686.htm. Acesso em: 28 ago. maio 2026.

BRASIL. Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência. **Estatuto da Pessoa com Deficiência**. Brasília, DF: Presidência da República. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2015/lei/l13146.htm . Acesso em: 28 ago. 2026.

CENTERS FOR DISEASE CONTROL AND PREVENTION (CDC). **Prevalence and early identification of autism spectrum disorder among children aged 4 years** — Autism and Developmental Disabilities Monitoring Network, 16 sites, United States, 2022. Morbidity and Mortality Weekly Report, v. 74, n. SS-2, p. 1-17, 2025.

DUARTE, Christiane Ferreira. **O profissional de apoio no processo de escolarização de alunos com Transtorno do Espectro Autista (TEA)**. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7725491. Acesso em: 28 ago. 2026.

INSTITUTO AUTISMOS. **Retrato Sociodemográfico e Clínico da Neurodivergência:** resultados e evidências do Mapa Autismo Brasil (Primeira Edição Nacional, 2026). Brasília, DF: Instituto Autismos: UnB, 2026. 16 p. Disponível em: https://2d60afd7750a0d2d8638eaba92456486.r2.cloudflarestorage.com/mab/reports/coleta-nacional-2025/relatorio-nacional-2026/v3/Relato_rio_Nacional_MAB_-_2026.pdf. Acesso em: 17 maio 2026.

LACERDA, Lucelmo. **Práticas Baseadas em Evidências e o Autismo**. In: LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. Autismo: Práticas Baseadas em Evidências. In: 1 ed. Curitiba: Movimento Capricha na Inclusão, 2020, p.27-59.

LIBERALESSO, Paulo. **Transtorno do Espectro Autista: Evidências Científicas no Campos das Intervenções Terapêuticas**. In: LIBERALESSO, Paulo; LACERDA, Lucelmo. Autismo: Práticas Baseadas em Evidências. Curitiba: Movimento Capricha na Inclusão, 2020

OLIVEIRA, Flavia Pereira. **Colaboração entre a tríade professores da classe comum, da sala de recursos e profissionais de apoio no processo de escolarização em contextos inclusivos**. 2021. 89 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de Jataí, Jataí, 2021. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=11324707. Acesso em: 28 ago. 2026.

PEREIRA, Luciane Clementino. **Formação do profissional de apoio educacional para o atendimento de crianças com autismo no ensino regular**. 2019. 84 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal da Grande Dourados, Dourados, 2019. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=7720682. Acesso em: 28 ago. 2026.

SOUZA, Vinicius Garcia Rodrigues de. **Prática de professoras de apoio com alunos TEA da rede estadual de Paranaíba-MS**. 2023. 86 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul, Paranaíba, 2023. Disponível em: https://sucupira-legado.capes.gov.br/sucupira/public/consultas/coleta/trabalhoConclusao/viewTrabalhoConclusao.jsf?popup=true&id_trabalho=14204836. Acesso em: 28 ago. 2026.

VALENÇA, Maria Cristina Mota; SOUZA, Vivianne de. A atuação do auxiliar de apoio escolar na inclusão de estudantes com Transtorno do Espectro Autista. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, São Paulo, v. 11, n. 7, p. 1333-1349, jul. 2025. DOI: https://doi.org/10.51891/rease.v1117.20156.